Ministério do Desenvolvimento Agrário
Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado do Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 2403 – Centro Bloco "A" prédio INCRA SR16 2º. Andar
79002-073 – Campo Grande – MS F: (67) 3382-0327 e-mail: dfda-ms@mda.gov.br

Documento Final 1ª. CNATER etapa Mato Grosso do Sul (1ª. CEATER MS)

CAMPO GRANDE - MS - MARÇO DE 2012

Introdução

A 1ª. Conferência de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Mato Grosso do Sul - CEATER - MS aconteceu nos dias 14 e 15 de Março de 2012, nos períodos matutino e vespertino, no auditório do Bloco "B" da UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande – MS. Teve o Tema: "ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural." e contou com a participação de diversas entidades ligadas à temática ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, para a agricultura familiar, teve como objetivo principal: "Fazer da assistência técnica e extensão rural instrumento agregador e motor do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER dando maior visibilidade às políticas públicas trabalhadas pelo MDA, para tanto utilizamos o Documento Base – Versão Estadual como norteador das ações." e objetivos secundários:

- Ato de Convocação, feito em reunião extraordinária do CEDRS-MS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável no MS) ocorrida em 15 de Dezembro de 2011.
- Regulamento e/ou Regimento Interno – Regimento Interno publicado à página 181 do DOE - MS – Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul de 09 de Março de 2012.
- Documento Final da Conferência Estadual, denominada de 1ª. CEATER-MS – 1ª. Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul
- Ata de Eleição da Delegação – Ata contendo os 15 nomes e seus respectivos suplentes conforme orientado na Portaria 86/2011 do CONDRAF.

Este documento final deverá ser um resumo executivo de, no máximo 10 páginas, com caráter político que seguirá a estrutura dos 05(cinco) Eixos Temáticos da 1ª. CNATER, a saber:

i. Eixo Temático 1: Ater e Desenvolvimento Rural Sustentável
ii. Eixo Temático 2: Ater para a Diversidade da Agricultura Familiar e Redução das Desigualdades
iii. Eixo Temático 3: Ater e Políticas Públicas
iv. Eixo Temático 4: Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta dos Serviços de Ater
v. Eixo Temático 5: Metodologias e Abordagens de Extensão Rural

contendo os resultados obtidos nas atividades de cada Eixo realizadas no âmbito da respectiva CEATER-MS na seguinte ordem:

A. Diretrizes para a efetivação da Assistência Técnica e Extensão Rural – deve conter sinteticamente uma contextualização e análise crítica a respeito da realidade local.
B. Compromisso político do governo e da sociedade civil com a implantação da ATER – devendo conter os seguintes tópicos:

- Proposições da Conferência Estadual para cada um dos 5 Eixos
- Lista dos Delegados eleitos na Conferência Estadual

Diretrizes para efetivação da Ater no Estado do MS

Eixo Temático 1: Ater para o Desenvolvimento Sustentável

No Estado do Mato Grosso do Sul, a realidade fundiária passa a ser determinante para as discussões que envolvem esta temática, uma vez que somos um Estado com apenas 78 municípios, destes somente cinco possuem mais de 50 mil habitantes, a população total do Estado gira em torno de 2.449.024 habitantes (IBGE - Censo 2010) não possuímos nenhuma região metropolitana, conferindo assim realidades bem distintas de outras unidades da federação. Historicamente, tivemos um dos primeiros projetos de colonização do Brasil, o da Colônia Agrícola de Dourados, na região da Vila Vargas, ainda na década de 30. O processo foi tão importante que hoje esta região desponta como principal polo produtivo do Estado, além de possuir a grande parte dos municípios que foram surgindo e desenvolvendo ao longo dos anos no Estado. Após longo período de inexecuções de novos projetos, foi a partir de 1984 que novos projetos foram idealizados e implantados. À época sem as facilidades de crédito e muito menos de mercado (comercialização) que hoje vemos disponibilizados através dos inúmeros programas de governo criados para dar melhores condições de produção, comercialização e técnicas específicas aos agricultores familiares e a sua diversidade, ficando assim demonstrada a importância deste processo de desconcentração de terras e renda nas mãos de poucos e também a implantação efetiva das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares. O estado possui hoje 178 projetos de assentamento, com um total de 30 mil famílias assentadas, outros 11 mil famílias acampadas, esperando para serem assentados. Devemos buscar incessantemente a distribuição equilibrada destas famílias nas diferentes regiões, mas para que isso ocorra, teremos de monitorar/acompanhar a implantação dos projetos de forma contínua e qualificada. Para que tudo isso ocorra, a estruturação (humana e física) dos órgãos executores e de controle devem ocorrer o mais breve possível. A Ater estadual deve estar focada e a participação dos agentes de Ater nas questões de sustentabilidade devem ser cada vez mais estimuladas.

Eixo Temático 2: Ater para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades

Dados sócio/econômicos de cada um destes agricultores familiares Sul Mato-grossenses.

Sobre os Assentados da Reforma Agrária

Sobre os agricultores familiares tradicionais,

Sobre as Comunidades Quilombolas

Sobre as Comunidades Indígenas

Sobre os Pescadores artesanais e Ribeirinhos

Sobre os Extrativistas

Eixo Temático 3: Ater e Políticas Públicas

Apesar do pequeno número de pessoas que conhecem as políticas públicas disponíveis no Estado, temos conseguido avanços significativos, particularmente nos Territórios da Cidadania criados, uma vez que a participação cidadã estimula a busca pelos direitos e deveres por parte dos diversos atores envolvidos com os processos de desenvolvimento sustentável como um todo. Com todos os avanços, devemos fazer ações mais intensas no sentido de aprimorar as ações em andamento e levar até onde estas políticas públicas ainda são completamente desconhecidas, principalmente por parte dos reais beneficiários diretos os meios de melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

Os CMDRS estão num processo de reestruturação, principalmente em função de um trabalho que o CEDRS-MS vem desenvolvendo procurando reestruturar os mesmos e promover sua renovação constante, baseados na necessidade real de atores pró-ativos e favoráveis à população menos favorecida. Capacitações e Mobilizações devem ser pleiteadas como política de governo, recursos devem ser destinados a estas instâncias para que possam se estruturar cada vez mais e ficarem cada vez menos dependentes de ações coesivas por parte dos governantes, particularmente os municipais.

Eixo Temático 4: Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta de Serviços de Ater

Para esta temática as chamadas públicas e ações da Lei 12.188 de 2010 e seu regulamento foram bem discutidas dentro

dos grupos, ficando assim levantados os principais entraves e avanços no Estado:

- **Pelo MDA(SAF/DATER):** O Estado Possui hoje 6 (seis) chamadas públicas em andamento, temos 3 empresas envolvidas nas prestações dos serviços, está distribuída em 03 (três) chamadas para a entidade estatal de Ater (AGRAER) e 02 para uma entidade privada (Coopaer) e 01 para um consórcio público intermunicipal (CONISUL), abrangendo assim um público estimado total de 4000 agricultores familiares tradicionais dos Quatro Territórios da Cidadania do MS (uma chamada por território), beneficiários do extinto Banco da Terra dos municípios de Terenos e Jaraguari, Comunidades Quilombolas de Campo Grande e Jaraguari. **Por parte do INCRA-SR16:** o Estado possui 04 (quatro) chamadas que atendem 04 (quatro) lotes de Projetos de Assentamentos ainda em fase de implantação (instalação) e que lançadas em 2010 e começadas execuções em 2011, a única empresa vencedora foi a estatal AGRAER, para este ano de 2012, 13 novos lotes foram licitados e devem começar a ser implantados ainda em Março/12. Nas chamadas do INCRA-SR16 a AGRAER tem reclamado muito da morosidade e burocracia por parte das liberações dos serviços que foram efetuados.
- Das seis chamadas do MDA, 04 (quatro), abrangendo um público estimado de 3600 agricultores familiares tradicionais estão tendo o acompanhamento/fiscalização da DFDA-MS. Um total de 3600 * 3 Visitas Técnicas, 120 * 4 Reuniões de duas horas cada, 40 dias de campo, 8 Reuniões maiores para Planejamento inicial e de avaliação final, Tudo isso deve ser realizado no período de 01 ano (12 meses). Apenas um funcionário público (e seu substituto) estão designados como fiscais destas, o que caracteriza claramente excesso de atribuições. Como avanço citamos: todas estas atividades sendo devidamente atestadas pelos beneficiários e técnicos e lançadas no SIATER (Sistema Informatizado de Ater do MDA), anteriormente muito pouco referente a controles destes "custeios" foram registrados. Normalmente as empresas executoras não tinham métodos e cobranças de controles, hoje, a obrigação de execução e pagamento passa a ser mensal, exigindo assim um acompanhamento mais frequente das atividades exercidas, tornando assim mais célere os processos individuais e consequentemente o processo geral como um todo.
- Em função desta situação algumas empresas estão reclamando da burocracia, reclamação esta que deve ser muito bem ponderada uma vez que estavam acostumadas a operarem sem muitas cobranças por parte do órgão executor da política.
- A execução dos serviços nas chamadas dos territórios da cidadania estão com andamento médio de 30%, faltando ainda 70% para conclusões, o vencimento dos contratos ocorrem agora no final do mês de março de 2012 fazendo-se, dessa forma, imprescindível a prorrogação dos mesmos, pois inúmeros foram os problemas de execução (aqui citamos: problemas constantes no SIATER (sistema sendo desenvolvido), interpretações dúbias sobre o público alvo das chamada, dificuldades de planilhamento (principalmente no início do processo, até agosto de 2011 o SIATER não gerava planilhas automaticamente, fazendo assim que todos os trabalhos de planilhamento e controles fossem manuais)).
- As outras duas chamadas dependem de fiscais que se deslocam de Brasília para as atividades ficando o registro que algumas empresas prestadoras estão reclamando da demora excessiva para a liberação dos atestes via SIATER por parte dos mesmos.
- Outra discussão que ocorreu nesta temática diz respeito ao público beneficiário das chamadas dos Territórios da Cidadania como um todo, onde devido a algumas características das mesmas que pontuavam sobre a atividade leiteira, proibindo a inclusão de beneficiários que não estivessem caracterizados como "produtores de leite" e também, referente ao público beneficiário, ficou claro a necessidade de se permitir a inclusão dos assentados da reforma agrária, particularmente aqueles que já passaram pelo crédito de instalação e o primeiro crédito produtivo (Pronaf "A" e "A/C"), pois estes agricultores estão completamente desassistidos pelos serviços de ATER no Estado do MS. Houveram reuniões entre INCRA-SR16/DFDA-MS/SAF e outros envolvidos, onde ficou claro a desassistência e também o desinteresse e até mesmo impossibilidade do INCRA-SR16 em atender em Ater este público pelos próximos anos. Numa das reuniões a SR16 concluiu que para as chamadas de ater de 2012 iria priorizar somente Projetos de Assentamentos criados de 2004 para cá, ou seja, os mais recentes. As discussões iniciaram principalmente porque no MS boa parte da demanda de Ater na temática "cadeia produtiva do leite" e que já não estão mais na etapa dos Pronaf "A" e "A/C" estar concentrada dentro dos assentamentos mais antigos (com mais de 12 anos). Essas particularidades ocorrem basicamente nos territórrios da cidadania do Cone Sul (ATER 81 2010), da Reforma (CT.MS.234/2010) e do Vale do Ivinhema (CT.MS. 258/2010). O da Grande Dourados, onde existe uma grande bacia leiteira estadual, esta realidade não se aplica
- A necessidade de se permitir ações corretivas em função das demandas detectadas através das monitorias na execução dos contratos se faz extremamente prudente e necessária, sob pena de se desperdiçar recursos financeiros e principalmente humanos, uma vez que temos técnicos disponíveis para executarem as chamadas,

agricultores necessitando de Ater e impedidos de agirem por questões burocráticas; assim devemos buscar sempre na administração pública e privada a: eficiência, a eficácia e a aplicabilidade correta dos recursos.

- Hoje no Estado possuímos somente 17 entidades cadastradas e habilitadas a participarem das chamadas públicas do MDA e do INCRA. A entidade de Ater oficial, AGRAER, relata que tem condições de atender no máximo 36% do total de agricultores familiares a nível estadual. Por outro lado temos as demais empresas executoras dos contratos oriundos das chamadas públicas de Ater reclamando das condições diferenciadas de concorrência estabelecidas, uma vez que as mesmas citam o fato de não poderem ser beneficiadas por repasses feitos entre governos, causando assim, condições desequilibradas de concorrência.
- Questão bastante debatida diz respeito à necessidade de se criar um documento específico para cadastramento no SIATER que não seja a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF (crédito), uma vez que ficou bem entendido que esta forma de cadastro está excluindo agricultores familiares descritos na lei 11.326/2006 que poderiam estar sendo atendidos pelos serviços de Ater, e até mesmo preparados para o acesso ao crédito pelas ações dos mesmos.
- Outra questão bem debatida no MS diz respeito à impossibilidade das empresas privadas e consórcios em emitirem DAPs, ficando refém da "boa vontade" dos técnicos/empresas habilitadas a realizarem este procedimento.
- Faz-se imprescindível o maior envolvimento de jovens recém formados nas mais diversas áreas (multidisciplinaridade) na atividade de Ater, estrategicamente escolhemos uma universidade para a realização deste evento.
- As dificuldades para que novas empresas se cadastrem são grandes, e são inerentes da própria Lei, que no nosso entendimento deve ser modificada de forma a facilitar a criação e estruturação de novas empresas prestadoras de Ater.
- As universidades devem adequar seu conteúdo às necessidades criadas pelas diretrizes e princípios da PNATER (grade curricular)
- As discussões e envolvimentos ainda estão muito aquém das necessidades para que as transformações possam ocorrer de forma a atendermos, com qualidade, um número cada vez maior de agricultores familiares em Ater.
- As continuidades desses serviços iniciados foram preocupações constantes levantadas pelos executores dos serviços de Ater no MS.

Eixo Temático 5: Metodologia de Ater – Abordagens de Extensão Rural

No MS as mudanças preconizadas pela PNATER estão ainda engatinhando, os técnicos ainda estão sendo preparados para serem simples difusores de tecnologias, muito pouco tem sido feito para que a agroecologia e os processos de transição agroecológicos possam ser implementados com mais rapidez e eficiência. Os poucos órgão que acreditam e difundem esta ciência ainda estão desestruturados e os que conseguiram se estruturar ainda não conseguem adesão da sociedade, particularmente dos técnicos das ciências agrárias, das universidades, dos órgãos públicos responsáveis por políticas para a área e dos próprios agricultores, habituados a viver num mundo onde agrotóxico ainda é sinônimo de solução e de produção. Isso tudo apesar de vermos um mercado consumidor mais exigente a cada ano que passa, consumidor este preocupado com a qualidade, com a sua segurança alimentar e de sua família. Este é um trabalho que deverá atuar nas três esferas do tempo (o curto, o médio e o longo prazos). Os trabalhos de articulação devem ocorrer de forma mais harmônica possível, de forma a não acirrar ânimos de correntes distintas. Deve-se trabalhar muito bem a questão sociológica do tema.

Por parte da economia solidária, vemos algumas ações sendo desenvolvidas, porém sem a devida adesão da sociedade como um todo. Ainda somos um estado elitista e a cultura dos grandes latifúndios ainda predomina, este paradigma é que deverá ser quebrado com o tempo. Ações educativas a nível infanto/juvenil devem ser priorizados para que possamos engrossar o caldo dos defensores das causas sociais/econômicas/ambientais a Ater deve prever ações e condições para que os atores possam promover desta maneira o Desenvolvimento Rural Sustentável do MS.

Compromisso político do governo e da sociedade civil com a implantação da ATER

Proposições do MS para o Eixo 1 - Ater para o Desenvolvimento Sustentável

1. Estabelecer que a Ater se articule com outras políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário, considerando a abordagem territorial, com especial atenção para a inclusão de famílias em situação de pobreza extrema e em vulnerabilidade social e ambiental;

2. Orientar e promover a produção de alimentos seguros, para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional, incentivando a produção agroecológica.

3. Estabelecer estratégias especificas de Ater por bioma, considerando aqueles com população rural em situação de maior vulnerabilidade e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade;

4. Promover e articular pesquisas sobre tecnologias sustentáveis, participativas e apropriadas, considerando as tecnologias sociais existentes, para a agricultura familiar, reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, entre outras, firmando estratégias de participação com as Instituições de pesquisa governamental e não governamental.

5. Fortalecer processos de disponibilização e apropriação de tecnologias adequadas à diversidade da agricultura familiar e aos biomas;

6. Estimular e aprimorar iniciativas de desenvolvimento sustentável para à agricultura Familiar e em especial nas comunidades Indígenas e quilombolas, respeitando a diversidade local;

7. Promover a agricultura de base ecológica em estabelecimentos da agricultura familiar e da reforma agrária;

8. Propor mudanças nos currículos e processos pedagógicos dos cursos das ciências humanas, agrárias e de escolas técnicas, de acordo com os conceitos da Pnater e da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que contemple a diversidade do rural e os princípios e técnicas da agroecologia;

9. Promover a construção do conhecimento agroecológico, articulando instituições de pesquisa, de ensino, de Ater e da agricultura familiar;

10. Capacitar agentes de Ater em sistemas sustentáveis de produção e práticas agroecológicas, para cada realidade regional, e na adequação ambiental das propriedades rurais;

11. Desenvolver uma abordagem e ações de Ater que garanta a preservação ambiental, a conservação dos recursos naturais renováveis (solo, água e agrobiodiversidade) e a economia no uso dos recursos naturais não-renováveis;

12. Dinamizar a economia da agricultura familiar, tendo como estratégia a organização coletiva, a exemplo do cooperativismo e associativismo.

Acréscimos Grupo 01 MS:

13. Implantar programas prioritários de Conservação de solo e água, com competência governamental; (propor para o eixo temático 03 das politicas publicas).

14. Conscientizar e orientar a aplicação da lei dos agrotóxicos no meio rural.

Proposições do MS para o Eixo 2: Ater para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades

1. Construir estratégias de atuação da Ater em conjunto com a comunidade, para a diversidade da agricultura familiar, adequada à sua realidade e especificidade criando programas de contratação e capacitação para aproveitamento dos agentes de desenvolvimento rural local. A atuação da ATER deverá conscientizar os Agricultores Familiares sobre o tema, criando Grupos Temáticos de acordo com a realidade local e garantindo um perfil técnico de acordo com a atividade produtiva.

2. Promover e articular ações de Ater para o etno desenvolvimento das comunidades quilombolas e dos povos indígenas garantindo processos continuados de qualificação dos técnicos da ATER voltada à formação de profissionais com perfil adequado para atuar e articular ações junto à agricultura familiar, sendo: assentados (as), povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, entre outros povos, garantindo o reconhecimento e a valorização dos saberes culturais destes povos. VER A SUGESTAO DA DENISE (Grupo 05) QTO A DENOMINAÇAO DE AF.

3. Garantir estratégias e ações voltadas para a inclusão de jovens rurais nas dinâmicas organizativas, de produção, gestão e comercialização, e articula-las aos processos educacionais formais e não formais, e de formação profissional, estabelecendo ações de ATER específicas para a juventude rural, de forma a garantir a reprodução social no campo.

4. Estabelecer ações de Ater específicas para o idoso E SUA FAMÍLIA, de forma que mantenha sua permanência e sustentabilidade no campo;

5. Promover a igualdade de gênero na agricultura familiar, reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, entre outros, reconhecendo o papel e a importância das mulheres nos processos de

desenvolvimento rural, fortalecendo a cidadania, a organização e a autonomia econômica das mulheres, incorporando ações que:

a. Garantam a diminuição do trabalho não remunerado das mulheres rurais, bem como a garantia de sua participação nas cadeias produtivas locais e regionais;
b. Promovam o fortalecimento institucional de grupos e redes de mulheres produtoras rurais;
c. Promovam a agregação de valor dos produtos desenvolvidos pelas organizações produtivas de mulheres rurais;
d. Viabilizem o acesso das organizações produtivas de mulheres rurais à infra-estrutura produtiva e garanta a participação das organizações produtivas de mulheres rurais em feiras e eventos de divulgação e comercialização;
e. Garantam o acesso das mulheres rurais à documentação jurídica, especialmente a tributária.

NOVAS PROPOSIÇOES Grupo 02 MS:

6. Garantir a emissão da DAP Indígena pela FUNAI através de suas Coordenações Regionais.

7. Garantir uma efetiva Política Estadual de ATER com a elaboração de um plano discutido e definido em todas as instâncias, a partir do CEDRS e que envolva todas as representações: federal, estadual, municipal e territorial que considerem as especificidades, culturas, realidade e necessidades locais.

8. Garantir que o recurso destinado a execução das chamadas públicas, seja direcionado na proporção de 50% para as empresas públicas de ater e 50% para as empresas privadas e demais organizações de agricultores familiares, para uma efetiva prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

CONSIDERAÇOES Grupo 2 MS:

Alteração na parte introdutória (pág. 12) : *acrescentar* **quilombolas**

Questão das chamadas públicas deixam a desejar pois em determinado Município, por exemplo, somente alguns agricultores são atendidos, pois pertencem a determinado assentamento ou grupo, ficando os demais fora do atendimento.

Somente um técnico para atender 80 famílias é muito pouco. A chamada veio com o intuito de melhorar mais ainda é insuficiente o atendimento. Necessidade de aumento de técnicos e funcionários nos escritórios locais, oferecendo uma estrutura mínima para que atendam os agricultores.

Proposições do MS para o Eixo 3: Ater e Políticas Públicas

1. Sensibilizar e pactuar entre os governos federal, estaduais e municipais para atuarem de forma conjunta e efetiva na implementação das políticas públicas para agricultura familiar.

2. Promover a integração de políticas públicas voltadas para o ambiente rural nos espaços de coordenação, identificação de demanda, monitoramento das ações e gestão social (conselhos, colegiados e outros), nos níveis nacional, estadual, territorial e municipal;

Itens 3 e 13 (junção)

3. Estimular/Promover, Ampliar e qualificar a participação das mulheres rurais, dos jovens, idosos e dos povos e comunidades tradicionais nos órgãos colegiados voltados para o desenvolvimento rural sustentável, solidário e territorial na avaliação de políticas publicas;

4.Promover a participação da Ater nos espaços de debate, formulação e avaliação das políticas públicas para o meio rural;

5. Instrumentalizar a Ater para divulgar e viabilizar o acesso às políticas públicas para a diversidade da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável e solidário;

6. Promover a formação de agentes de Ater em gestão da unidade produtiva e empreendimento familiar, com foco em estratégias de agregação e apropriação de valor, aspectos tributários, de legislação sanitária e ambiental, de logística, e de gestão administrativa e comercial;

7. Fortalecer estratégias de Ater para ampliação do acesso do público da Pnater às políticas públicas de inclusão produtiva, econômica e social;

8. Desenvolver ações de capacitação sobre políticas públicas para o público da Pnater;

9. Fortalecer ações de Ater na promoção da economia solidária, associativismo cooperativismo e comércio justo;

10. Fortalecer ações de Ater na promoção do trabalho decente;

11. Articular políticas públicas para fortalecer as cadeias e arranjos produtivos relevantes para a agricultura familiar, levando em conta as diversidades e potencialidades locais, regionais e territoriais;

12. Promover a ampliação do acesso de mulheres, jovens e idosos às políticas públicas de apoio à produção, comercialização, gestão econômica e de desenvolvimento territorial;

14. Fortalecer e integrar a Ater no contexto das políticas públicas de desenvolvimento da Educação e da Saúde no Campo, inclusive para a promoção da qualidade de vida;

15. Desenvolver uma estratégia diferenciada para que os serviços de ATER atuem diretamente na operacionalização dos programas do Plano Brasil Sem Miséria, como ferramenta para erradicação da miséria extrema no Brasil Rural, aproveitando os projetos pilotos para famílias rurais (sem a propriedade da terra.), pescadores e extrativistas.

16.Desvincular a DAP como instrumento para definir os beneficiários das políticas públicas voltados para a agricultura familiar.

Debates Grupo Eixo 03 MS 14/03/2012 (tarde)

1. Capacitação de um modo geral para gestores (técnicos da área de agrárias, assistência social e administradores) em politicas publicas.

2. Dificuldade em trabalhar com parceiros para atuar num mesmo local, com mesmo objetivo.

3. Valorização (remuneração) do extensionista para exercer a atividade (ATER).

4. Descontinuidade e especificidade nas chamadas públicas de ATER

5. Discussão de politicas publicas nos locais, Sec. Agricultura, CMDR...

6. ATER, orientação aos AF sem paternalismo.

7. Adequação do numero de extensionistas ao numero de AF.

8. Capacitação de um modo geral para gestores (técnicos da área de agrárias, assistência social e administradores).

9. Dificuldade em trabalhar com parceiros para atuar num mesmo local, com mesmo objetivo.

10. Valorização (remuneração) do extensionista para exercer a atividade (ATER).

11. Descontinuidade e especificidade nas chamadas públicas de ATER

12. Discussão de politicas publicas nos locais.

13. ATER, orientação aos AF sem paternalismo.

14. Adequação do numero de extensionistas ao numero de AF.

SUGESTÕES DO GRUPO 3 MS.

a. Tratar com mais seriedade o assunto, respeitar mais as organizações representativas dos produtores, problema que normalmente se enfrenta é que normalmente quem responde pelo CMDR é o próprio secretário da agricultura. Pessoas têm receio de reclamar do presidente, particularmente dos CMDRS, envolver pessoal mais participativo, fortalecimento da cidadania. Colocar presidente do CMDR sendo agricultor familiar. Promoção de debates para promoção da formação de consensos. Problema vem das associações, valores das taxas (R$) não conseguem coletar, então o presidente da associação acaba ficando à mercê do poder público. Receio em reclamar com o presidente;

b. AGRAER: Não temos administrativo bom nos escritórios (maioria do escritórios fica somente com técnico) alguns administrativos são cedidos de outros órgãos.

c. Capacitação do Produtor, quantidade de agentes de ATER, técnico tem de estar mais tempo com o produtor, dar continuidade.

d. Técnicos: Acesso a novas tecnologias, salários dignos, desenvolvimento de tecnologias adequadas, capacitação/aperfeiçoamento constante no uso de equipamentos, aquisição de equipamentos de forma a ter condições de uso adequados.

e. Multidisciplinaridade (assistente social entre outros profissionais imprescindíveis para a boa execução dos serviços).

f. Parceria, fidelidade, unificação com o que faz;

g. Estruturação com pessoal e integração com outras secretarias/órgãos responsáveis.

h. Programa Brasil sem miséria em regiões particulares do MS, Serviços ATER em reforço às demais ações complementares.

Proposições do MS para o Eixo 4: Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta de Serviços de Ater

COFERÊNCIA ESTADUAL/MS - SUGESTÃO DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

1. Criar um Sistema Nacional de ATER, constituído pelo PNATER, planos estaduais de ATER e pelo Pacto Federativo da União, Estados e Municípios, para coordenar e implementar o PNATER, com a participação da sociedade civil organizada, agricultura familiar e comunidades tradicionais;

2. Desenvolver ferramentas de gestão e financiamento de ATER, priorizando o planejamento e projetos territoriais, organização federativa e indicadores de resultados, respeitando as especificidades regionais e conferindo agilidade e eficácia aos serviços, por meio de processos metodológicos adequados;

3. Compatibilizar a gestão operacional na abordagem territorial, que possibilita a integração de ações entre Estado, território e município, organizações de agricultores, através de Planos Territoriais de ATER, com possibilidade de ampliação territorial em Planos macrorregionais/interterritoriais;

Unidos 4 e 5: (4). Promover, fortalecer e qualificar as instâncias de gestão e controle social da PNATER, nos níveis nacional, estadual, territorial e municipal de forma qualificada e permanente.

(5). Articular os espaços de gestão social da política de ATER com a participação e controle social das políticas para as mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais;

(6). Fortalecer a estratégia de atuação dos serviços de ATER em Rede;

(7). Adequar os instrumentos de financiamento da ATER para viabilizar a aplicação do PNATER e do PRONATER, de forma universal e representativa da demanda da agricultura familiar, com qualidade e que estimule a transição agroecológica, a organização da agricultura familiar e o atendimento às especificidades dos povos e das comunidades tradicionais;

(8). Desenvolver a organização e metodologias para ampliar a gestão social das políticas para a agricultura familiar, fortalecendo a democracia interna em espaços de diálogo entre governo e sociedade civil, por meio do CONDRAF, CEDRS, CODETERS, CMDRS).

(9). Fortalecer e ampliar instrumentos de formação de agentes em gestão e execução dos serviços de Ater;

(10). Fortalecer a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para planejar, organizar, gerenciar e controlar os serviços de Ater, de forma integrada aos entes federativos.

(11). Ampliar capacidades das instituições de ATER para atender demanda da agricultura familiar, reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e extrativistas, entre outros;

(12). Contribuir para a redução da pobreza no campo e as desigualdades regionais.

PROPOSTAS DA CONFERÊNCIA ESTADUAL Grupo 4 MS:

1. Criar o SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, para:

a) Implementar o PNATER;

b) Coordenar e implementar o PRONATER;

c) Alocar recursos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar;

d) Fiscalizar a execução dos serviços de ATER; e

e) Avaliar/monitorar, de preferência de forma participativa, os impactos, resultados, atividades dos

serviços de ATER.

2. Criar Fundo Nacional e Estadual de Financiamento do PNATER, como forma de garantir recursos suficientes, mediante pacto federativo, para universalização dos serviços de ATER, ampliação e qualificação dos quadros técnicos;

3. Adequar a gestão das chamadas públicas de ATER, modificando sistemas gerenciais, do SIATER, do controle e fiscalização, de forma a simplificar a atividade meio, desonerando os procedimentos burocráticos e fortalecendo as atividades fins de ATER, como condição à maior efetividade do serviço, qualidade e melhoria dos resultados, garantindo equilíbrio e sustentabilidade dos agentes operadores;

4. Contratar chamadas públicas de ATER, com prazos de execução, de 3 anos, para garantir continuidade e gerar confiança nos agricultores familiares;

5. Investir na divulgação do PNATER e das ações de ATER, como forma de valorizar a agricultura familiar e abrir espaços de participação dos produtos no mercado;

6. Segmentar os recursos de ATER em dois grupos de entidades executoras, do serviço das EMATERs e das demais entidades, públicas e privadas;

7. Garantir a participação efetiva de jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais nas instâncias de gestão social do PNATER e, para isso, promover revisão normativa, que estimule a efetivação desse objetivo;

8. Estruturar o serviço de ATER, em segmentos específicos, dos recortes étnicos e profissionais específicos, de forma a respeitar caracteres sócio culturais e profissionais, próprios de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores, mulheres, jovens e outros;

9. Permitir múltiplos recortes de público alvo e de objetivos num mesmo espaço de ATER, respeitando as competências constituídas;

10. Criar Sistema Nacional de Salários dos servidores de ATER, garantindo piso adequado aos caracteres dos serviços de ATER e as exigências legais e implantar incentivos profissionais, por resultados;

11. Incentivar a participação de entidades não governamentais nos serviços de ATER.

Proposições do MS para o Eixo 5: Metodologia de Ater – Abordagens de Extensão Rural

Formação da ater

1. Utilizar, na formação dos profissionais da Ater,(conhecimento, habilidade e capacidade de gestão para a efetividade nas ações) pedagogias construtivistas e estratégias metodológicas participativas, em consonância com os conceitos da Pnater; valorização da família rural (capacidade de síntese para efetividade das ações, foco multidisciplinar, interdisciplinar) /// *Realizar capacitação das comunidades na mesma abordagem de formação utilizada para os técnicos.*

2. Construir uma pedagogia de Ater tendo como referência a Pnater e a Política de desenvolvimento rural sustentável; *(Ok – ideia semelhante ao anterior) / complementação de Naviraí na questão 13)*

Estratégia de ação da ATER

3. Nas ações de Ater reconhecer as peculiaridades da diversidade da agricultura familiar no que se refere a sua forma de organização social, de produção, de relacionamento com os elementos da natureza e de gestão de seus territórios; e integrá-las aos estudos técnicos e de planejamento pré-existentes. (Ex: PDA para assentamentos) // *Criar mecanismos representativos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações para que se tenha continuidade, adequação à realidade e registro para a comunidade atendida do histórico já desenvolvido (gestão da informação in loco). // rotatividade dos técnicos,*

4. Fortalecer as Redes Temáticas, Conselhos Municipais, territoriais e Estadual como estratégias de qualificação da abordagem e das metodologias de Ater; // *atendo-se para continuamente divulgar suas ações para público alvo e comunidade em geral*

5. Fortalecer Criar Centros de Treinamento da Agricultura Familiar e adoção da pedagogia de alternância como uma importante estratégia de qualificação para melhor atuação da atual e futura Ater; (também como ferramenta para acolher profissionais recém formados ou sem experiência na área que queiram iniciar ações junto a esse público)

6. Promover a formação dos técnicos (as) sobre os conceitos de gênero e geração, considerando ainda a diversidade de raça e etnia; (mantendo orientações PNATER)

7. Promover a formação dos técnicos (as) habilitando-os para atuarem em acordo com os princípios e objetivos da Pnater;

8. Articular e consolidar parcerias com universidades para realização de cursos de pós--graduação em Ater, que incluam abordagens de gênero, raça e etnia;(em consonância com PNATER)

9. Garantir equipes multidisciplinares de profissionais com conhecimento e experiência na realidade da agricultura familiar e da reforma agrária, nas diretrizes da Pnater & perfil ou afinidade técnica mínima;

10. Adotar abordagens metodológicas que estimulem a participação das mulheres e jovens em espaços específicos e mistos;

11. Resgatar e valorizar a diversidade, cultura, saberes e valores, respeitando os conhecimentos e tradições do público da PNATER;

12. Apoiar processos de valorização dos conhecimentos e experiências dos públicos da Pnater;

13. Articular a adequação dos currículos das universidades e institutos tecnológicos, e nos ensinos médios das escolas rurais do campo de forma que integrem os conteúdos da Pnater e as políticas da agricultura familiar; (Revisar currículo para atender às demandas, mostrar alternativas e campos de trabalho para atuação futura dos profissionais na área de extensão, aproximar a extensão das entidades de ensino e pesquisa) // *Formulação de novos cursos focados para a agricultura familiar // Educação básica e fundamental*

14. Garantir equilíbrio na participação de mulheres e homens, de técnico(as) e agricultores(as), nos processos de formação.

15. Promover metodologias de construção do conhecimento agroecológico, integrando os conhecimentos científicos, os saberes tradicionais e as inovações da agricultura familiar, articulando as entidades de Ater e as da agricultura familiar.

SUGESTÕES do GRUPO 5 MS:

FORMAÇÃO DA ATER

Estímulo às iniciativas de educação alternativas às convencionais (fortalecimento do PRONERA, EFA,ALTERNÂNCIA)

Divulgar experiências positivas das ações e estratégias bem sucedidas.

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado do Mato Grosso do Sul
Av. Afonso Pena, 2403 – Centro Bloco "A" prédio INCRA SR16 2º. Andar
79002-073 – Campo Grande – MS F: (67) 3382-0327 e-mail: dfda-ms@mda.gov.br

Relação dos Delegados 1ª. CNATER Etapa Mato Grosso do Sul

Nome	*Sexo*	*CPF*	*Classificação*	*Situação*
Sociedade Civil (Agricultores Familiares - 07)				
Edite Martins Pontes	Feminino	705.890.101-87	Indígena	Titular
Fidelino Nunes Laureano	Masculino	995.931.651-34	Indígena	Suplente
Antônio Borges dos Santos	Masculino	106.284.441-68	Quilombola	Titular
Rosa Maria da Silva	Feminino	356.379.001-91	Quilombola	Suplente
David dos Anjos	Masculino	329.222.729-15	Pescador	Titular
Adeniro José de Souza	Masculino	012.415.561-80	Assentado da RA	Suplente
Irene Morais	Feminino	447.795.341-00	Assentada da RA	Titular
Júlio Cézar R. Ricart	Masculino	984.359.651-04	Agricultor Familiar	Suplente
Djones Marcos Ambrust	Masculino	009.972.101-50	Assentado da RA	Titular
Claudinely Santiago da Silva	Feminino	609.838.921-72	Assentada da RA	Suplente
Oziane da Silva Almeida dos Santos	Feminino	813.162.831-00	Assentada da RA	Titular
Edivaldo Pereira de Souza	Masculino	007.706.011-38	Assentado da RA	Suplente
Roberto Luiz Bottega	Masculino	282.646.149-49	Agricultor Familiar	Titular
Joedir Silva da Cunha	Masculino	519.069.371-68	Assentado da RA	Suplente
Sociedade Civil (Técnicos - 03)				
Ermelinda Ferreira Dias	Feminino	018.187.251-00	Técnica	Titular
Daniel Pires Passos	Masculino	174.533.211-15	Técnico	Suplente
Carlos A. Heling	Masculino	010.324.311-99	Técnico	Titular
Suzete Rodrigues Ferrazza	Feminino	685.589.100-49	Técnica	Suplente
Valtair Gonçalves Prata	Masculino	019.447.021-05	Técnico	Titular
Anderson Souza de Almeida	Masculino	639.827.651-53	Técnico	Suplente

Órgãos Governamentais (05) 03 da empresa estatal de Ater = AGRAER				
Adilson Nascimento dos Santos	Masculino	016.987.949-67	MPA	Titular
Euclides Reuter de Oliviera	Masculino	295.059.761-00	UFGD	Suplente
João Batista dos Santos	Masculino	015.663.838-03	DFDA-MS	Titular
Marco Antônio de Oliveira Georges	Masculino	421.380.511-53	DFDA-MS	Suplente
Olcy Guilherme Pompeo Sanches	Masculino	519.036.281-72	AGRAER	Titular
Paulo Sérgio Gimenes	Masculino	109.486.698-96	AGRAER	Suplente
Gilberto Silva de Macedo	Masculino	063.890.311-49	AGRAER	Titular
Eneida Gonçalves Vasconcelos	Feminino	776.434.101-00	AGRAER	Suplente
Denise de Miranda	Feminino	157.661.328-32	AGRAER	Titular
Sandro Henrique Polloni	Masculino	054.689.368-60	AGRAER	Suplente

Titulares Feminino: 05 de 15 = 30%

Suplentes Femininos: 04 de 15 = 26,67%

Marco Antônio de Oliveira Georges

Coordenador Comitê para a realização da 1ª CNATER Etapa MS